

**Movimentos sociais, crise ambiental e consciência de classe:
recrutamento e mobilização de atingidos pelo Movimento dos
Atingidos por Barragens nas enchentes do Rio Grande do Sul, em 2023
e 2024**

Vinícius Corrêa¹

Carolina Efing²

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa³

Resumo: Movimentos sociais atuaram intensamente nas enchentes do Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024, tornando-se um agentes de proteção e defesa civil. O objetivo do artigo é discutir como organizações de movimentos sociais potencializam as respostas a emergências em mobilização da população, foi selecionado o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), responsável por uma cozinha solidária localizada em Canoas, que se tornou uma tática de recrutamento de militantes para a organização entre os atingidos. Teoricamente é amparado pelas discussões de E.P. Thompson sobre classe, situando a experiência no centro da análise. A metodologia é qualitativa, formulada a partir de uma visita a campo em novembro de 2024 com militantes do MAB em Canoas e Porto Alegre. As técnicas de pesquisa foram as observações direta e participante, as entrevistas aberta e semiestruturada. A discussão de dados se refere à atuação da organização nas enchentes em duas dimensões, compreender como suas práticas de proteção e defesa civil favoreceram o desenvolvimento de estratégias de enraizamento do MAB na população atingida promovendo a identificação entre atingidos e organização; e apresentar potencialidades dos desastres ambientais relacionados à crise socioambiental para a consciência de classe. Comenta-se ainda brechas institucionais para a atuação de movimentos sociais em emergência via Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. Conclui-se que o MAB construiu inovações organizacionais de recrutamento durante as enchentes, além da ambivalência da crise socioambiental para processos de conscientização da classe cuja decisão depende de embates entre as classes.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Classe social, Movimento dos Atingidos por Barragens, Desastres socioambientais, Enchentes no Rio Grande do Sul

Abstract: Social movements acted intensively during the floods in Rio Grande do Sul in 2023 and 2024, becoming agents of civil protection and defense. The aim of the article is to discuss how social movement organizations enhance responses to

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestrando em sociologia vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPR).

² Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestranda em sociologia vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPR).

³ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e doutor em Sociologia e Direito (UFF). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com vinculação aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSocio) e em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade).

emergencies by mobilizing the population. To this end, the authors selected the case of the Movement of People Affected by Dams (MAB), responsible for a solidarity kitchen located in Canoas, which became a tactic for recruiting militants for the organization among those affected. Theoretically, it is supported by E.P. Thompson's discussions on class, placing experience at the center of the analysis. The methodology is qualitative, based on a field visit in November 2024 with MAB activists in Canoas and Porto Alegre. The research techniques were direct and participant observation, open-ended and semi-structured interviews. The data discussed refers to the organization's actions in the floods in two dimensions: understanding how its civil protection and defence practices favoured the development of MAB's strategies to become embedded in the affected population, promoting identification between those affected and the organization; and presenting the potential of environmental disasters related to the socio-environmental crisis for class consciousness. It also comments on institutional gaps for social movements to act in emergencies via Community Civil Protection and Defense Centers. It concludes that MAB built organizational innovations for recruitment during the floods, as well as the ambivalence of the socio-environmental crisis for processes of class awareness whose decision depends on clashes between classes.

Keywords: Social movements, State, Movimento dos Atingidos por Barragens, Desastres socioambientais, Enchentes no Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas que afetaram o Rio Grande do Sul nos últimos anos, expressando-se como longas estiagens, chuvas torrenciais e concentradas e ondas de calor, são um produto histórico da agência humana. O modo de produção capitalista caracterizado pela ampliação contínua da riqueza, acumulada nos setores detentores dos meios de produção, produz o que Marx chamou de ruptura metabólica (Foster, 2005; Marx, 2017).

A ideia de metabolismo é marcada pela interação do ser humano com a natureza mediada pelo trabalho, sob a qual sociedades estabelecem troca com o seu ambiente, movimentando energia e nutrientes entre seres-vivos e não-vivos. A troca pode ser realizada em equilíbrio, quando a quantidade de nutrientes e energia retirados da natureza são devolvidos a ela, ou, em desequilíbrio, quando não há retorno dos elementos extraídos para proveito humano.

O modo de produção é ao mesmo tempo um modo de regulação metabólica, o capitalismo possui como particularidade a tendência à expansão ilimitada da exploração da Terra; tratado como recurso, o meio ambiente se tornou um meio para satisfação da acumulação de capital. Por isso, Marx (2017) afirmou que este sistema é caracterizado por uma ruptura metabólica, exemplificada em sua época pelo de esgotamento da

fertilidade do solo, efeito da agricultura intensiva; hoje, se manifesta não só pela (in)fertilidade do solo, como também pela acidificação dos oceanos, a possibilidade da sexta grande extinção e o acúmulo de gases do efeito estufa na atmosfera.

A tendência histórica do capitalismo é aumentar constantemente a escala da produção, requerendo para isso uma quantidade cada vez maior de meios de produção, que são retirados da natureza, isto é, a natureza opera como condição das condições de existência (Danowski e Viveiros de Castro, 2017). Essa tendência foi aprofundada após a segunda guerra mundial, iniciando o período chamado “grande aceleração”, desencadeado pela intensificação da escala da industrialização, a urbanização das ex-colônias e a dependência de combustíveis fósseis. Esse período é caracterizado pela desestabilização do sistema do holoceno, subvertendo a pregressa previsibilidade do clima (Veiga, 2019).

Este artigo tematiza uma das decorrências do novo regime climático, as enchentes do Rio Grande do Sul em 2023 e 2024, episódios marcantes de uma trama contínua. Longe de eventos súbitos fazem parte da contínua vulnerabilidade hidrológica do estado, a bacia hidrográfica do Guaíba, localizada nas regiões central e metropolitana do estado, é particularmente suscetível a alagamentos. A situação é particularmente grave na região do Vale do Taquari e na cidade de Porto Alegre onde a ocupação do espaço urbano invade as planícies de inundação dos corpos hídricos.

O impacto das cheias foi avassalador, 183 pessoas faleceram, 27 ainda estão desaparecidas, 629 mil foram deslocadas e o total de 2,3 milhões de pessoas atingidas em 478 municípios; 94,3% da atividade econômica do estado foi afetada⁴. Bairros inteiros foram atingidos, ficando submersos por semanas, outros se tornaram “bairros fantasmas” em virtude da destruição e condenação técnica de residências, além do abandono de moradias pelos habitantes.

A intensidade do desastre progrediu no tempo, um agente da Defesa Civil de Porto Alegre relatou a experiência dos atingidos: “Primeiro, a água veio na canela, depois chegou na cintura, e agora subiu até os telhados”⁵. Essa sequência trata da recorrência histórica das inundações, em um primeiro momento, a “água na canela” se referia à inundações em áreas tradicionalmente vulneráveis, como o bairro Sarandi, na zona norte de Porto Alegre, onde moradores já haviam naturalizado alagamentos sazonais por conta

⁴DEFESA CIVIL. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/08. Online. **Site institucional governo do Rio Grande do Sul**. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>. Acesso em 15 abr. 2025.

⁵ Roda de conversa com agentes da Defesa Civil de Porto Alegre, em 21 de novembro de 2025.

do extravasamento dos diques de contenção de cheias⁶. Um “atingido-militante” do MAB descreveu: “A população do Sarandi criou seus filhos com água na canela”⁷.

No final de 2023 os atingidos passaram a vivenciar a “água na cintura”, produzida pela concentração do regime de chuvas no tempo, que encharcaram os solos levando ao ponto de saturação, conseqüentemente, elevando o nível das águas. Nesse período, diversas famílias passaram a ser removidas de suas casas, a dificuldade de atendimento do sistema público à população aumentou e a própria infraestrutura pública foi comprometida. A pressão de coletivos como o “Eco pelo Clima” para declaração estadual de emergência climática fracassou em seu objetivo principal, contudo, levou a prefeitura a contratar agentes de Defesa Civil — apenas após a tragédia (Editais nº 126/2023 e 071/2024).

Quando chegou maio de 2024 a força das águas levou a colapso dos diques, residências submergiram levando a danos estruturais colossais. Em outra região do Estado, em Muçum, um engenheiro civil relatou que houveram seis grandes enchentes na cidade desde a série histórica, o recorde histórico era de 21m56cm em outubro de 2001, desde 2020 a cidade sofreu três enchentes superiores a esta figura, chegando ao novo recorde de 26m11cm em setembro de 2023 e maio de 2024. Sua casa, situada a 22m30cm, era considerada segura quando a construiu, na década de 1980, desde 2023 foi inundada três vezes, duas delas superando a altura do telhado.

Essa é a fase de “água no telhado”, em maio de 2024. O colapso de diques e a submersão de residências exigiram operações de resgate em larga escala, muitas vezes tardias. Como alertou o professor Rualdo Menegat (IHU, 2024), faltaram planos para energia, água potável e manutenção de comportas em cenários extremos. O fenômeno da intensificação das enchentes não é aleatório. Faz parte de falhas da gestão pública do meio ambiente. As forças naturais irrompem sistemas urbanos violentamente, escancarando processos de invisibilização das vulnerabilidades sociais, é um sinal da “intrusão de Gaia” (Stengers, 2015) que expressa o novo regime climático, caracterizado pela desestabilização das fronteiras unilaterais da relação entre meio ambiente e sociedade.

⁶ Porto Alegre foi atingida por uma grande inundação em 1941, depois disso, foi proposta a criação do Sistema de Proteção contra Cheias, concluído em 1971. O sistema é composto por comportas, diques, canais e bombas que contém o avanço das águas e as redirecionam de volta ao curso normal.

⁷ Roda de conversa com atingidos organizados pelo MAB, no bairro Sarandi em Porto Alegre, 22 de novembro de 2024. O cenário devastador demandou grande esforço de ajuda emergencial e de longo prazo. Estado, iniciativas comunitárias, empresas, igrejas e movimentos sociais foram essenciais para garantir a sobrevivência da população.

As mudanças climáticas são um produto histórico do capitalismo, um sistema que prioriza a acumulação de lucros sobre a vida humana e o equilíbrio ecológico. A indústria do petróleo, financiada por grandes corporações e apoiada por Estados subservientes, impõe seus interesses sobre os de bilhões de pessoas, causando e acelerando, a despeito dos alertas da ciência, a crise climática e colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade a médio prazo.

No entanto, as consequências dessa crise não foram igualmente distribuídas: eventos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, afetam desproporcionalmente a classe trabalhadora, enquanto as elites se protegem em áreas privilegiadas.

A tragédia é instrumentalizada pelo capital para justificar novas rodadas de acumulação, como privatizações de serviços públicos e megaprojetos de infraestrutura que atendem mais ao mercado do que às necessidades imediatas da população (Klein, 2008). Enquanto isso, demandas básicas — como moradia digna, alimentação e acesso à água potável — são negligenciadas pelo Estado, que age como um gestor dos interesses do capital, não como um garantidor de direitos.

O testemunho de uma arquiteta social e ativista da zona sul de Porto Alegre, expõe a seletividade das ações de proteção e assistência. Segundo ela, mansões em áreas valorizadas na Ilha da Pintada, no bairro Arquipélago⁸, sequer foram incluídas nos mapas de risco, do outro lado, moradias em outras ilhas do bairro – periféricas ou ligadas à comunidades pesqueiras – foram desapropriadas⁹. O laudo técnico da “área de risco” é aplicado seletivamente (Valencio, 2009), moradores das proximidades dos diques, no Sarandi, lutam contra a demolição de suas casas sem contrapartida de moradia por parte do Estado, ao mesmo tempo, as margens do Lago Guaíba têm sido apropriadas para construção de empreendimentos¹⁰.

Movimentos sociais no Brasil passaram a disponibilizar suas forças militantes e recursos para responder a crises humanitárias, incluindo desastres socioambientais. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) disponibilizou brigadas nacionais de militantes, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) construiu cozinhas

⁸ O bairro é popularmente chamado de “ilhas”, doravante será utilizada esta terminologia êmica.

⁹ Relato colhido por observação direta, registrado em caderno de campo em 18 de novembro de 2024.

¹⁰ Giane Guerra. Dois novos trechos da orla do Guaíba serão construídos por dona de Shoppings; veja imagens. Online. **Zero Hora**. 29 out. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2024/10/dois-novos-trechos-da-orla-do-guaiba-serao-construidos-por-dona-de-shoppings-veja-imagens-cm2ujtbwd002c012aivgnw8cv.html>. Acesso em: 15 abr. 2025.

solidárias em Porto Alegre além de sua cozinha solidária vinculada ao programa federal homônimo no bairro Azenha. O artigo objetiva discutir como organizações de movimentos sociais potencializam as respostas a emergências em mobilização da população. Para isso, os autores selecionaram o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), responsável por uma cozinha solidária localizada em Canoas, na região metropolitana, além de distribuir doações de roupas e kits de limpeza.

Também argumenta como esses contextos possibilitam processos de desenvolvimento da consciência de classe, apresentando a atuação do MAB como uma inovação estratégica diante da escalada dos eventos climáticos extremos. Nesse processo, o MAB ampliou sua população-alvo para os atingidos de desastres ambientais como um todo, nesse sentido, as cozinhas solidárias se tornaram uma tática de recrutamento e enraizamento nas comunidades. Em face à intrusão de Gaia (Stengers, 2015), quando a natureza expõe a vulnerabilidade socioambiental das sociedades contemporâneas a experiência do MAB no Rio Grande do Sul sugere saídas, pois indica que movimentos sociais são forças com o potencial de converter vulnerabilidade coletiva em organização popular.

Do ponto de vista teórico o texto se ancora em E.P Thompson, pensando a preeminência da luta de classes para a constituição da própria classe, assim como a ideia de experiência, como fator de mediação do condicionamento estrutural da vida social. Outras referências importantes foram os comentários de Hobsbawm sobre a consciência de classe e organização; Gramsci ofereceu *insights* sobre a consciência militante, enquanto Mauro Iasi arredonda empiricamente a relação entre identificação e aderência a um projeto político.

Os autores optaram por uma abordagem metodológica qualitativa, cujas técnicas foram observação direta, observação participante, entrevista aberta e entrevista semiestruturada. As observações foram realizadas entre 18 e 22 de novembro, em Canoas e Porto Alegre.

O arcabouço legal de proteção e defesa civil foi consultado, inclui-se os seguintes documentos: Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) de 2007, que instituiu uma primeira versão da referida política nacional, a lei Nº 12.608 de 10 de abril de 2012, também conhecida por Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, legislação que atualmente versa sobre a questão, os decretos Nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005 e Nº 7.257 de 4 de agosto de 2010 abordam – entre outras disposições – as relações entre sociedade civil e Estado regulando os chamados Núcleos Comunitários de Proteção e

Defesa Civil (NUPDEC). Essas normativas permitiram compreender o cenário regulatório e as diretrizes institucionais que orientam a gestão de riscos e os desastres no Brasil.

Os pesquisadores foram convidados pelo MAB para visitar dois locais de atuação da organização, no bairro Mathias Velho, em Canoas e no bairro Sarandi. Esse trabalho de campo compreendeu a observação da cozinha solidária do MAB, em Canoas, residências de atingidos e os diques da Mathias Velho e do Arroio Sarandi. Durante as visitas foram realizadas rodas de conversa e entrevistas abertas, pelas quais os pesquisadores procuraram compreender o cenário, coletar relatos e interpretar o ambiente atingido.

Foram utilizados códigos representados por letras para identificar os interlocutores e manter o anonimato. Às dirigentes do MAB foram atribuídas a letra M, sequenciada por uma outra letra que diferencia cada pessoa (M.A e M.J), ambas foram entrevistadas durante as visitas e em um momento posterior, com encontros virtuais em abril de 2025. Por sua vez, os “militantes-atingidos” foram diferenciados por letras maiúsculas seguidas de um ponto final (S., C., D., J., e T.), S. e J. participaram de uma das rodas de conversa com atingidos, C., D. e T. foram citados em entrevistas transcritas no texto. Todos os códigos foram escolhidos aleatoriamente.

O MAB como um agente de proteção e defesa civil

A ajuda emergencial nas enchentes do Rio Grande do Sul aprofundaram a vulnerabilidade de determinadas populações. Vislumbrando essa situação, o Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul – seção de Canoas, convidou o MAB para tentar construir uma cozinha solidária na cidade.

A reunião de organização da cozinha tinha uma série de organizações, entre o sindicato, MAB, Marcha Mundial das Mulheres, militantes ligados ao PCdoB e outros, quando os autores visitaram a cozinha solidária estavam penduradas bandeiras de 13 organizações, entre movimentos sociais, coletivos partidários, sindicatos e centrais sindicais. Essa situação caracteriza a iniciativa como um esforço coletivo, no qual as organizações doaram alimento e dinheiro, também disponibilizaram voluntários.

A cozinha foi abastecida majoritariamente por parcerias, com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se solidarizaram com o esforço, além do apoio de um grande frigorífico

nacional, importante para o abastecimento de carnes. Apesar dessa coletividade em torno das cozinhas em Canoas, o MAB foi reconhecido como seu principal ator.

A estrutura interna do MAB foi fundamental para a execução da ajuda emergencial. Militantes de diversos estados do Brasil foram mobilizados para participarem da brigada nacional, em ação de solidariedade. Alguns desses militantes eram oriundos de regiões previamente afetadas por desastres, como é o caso dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, sua experiência foi importante como uma maneira de promover a identificação com os atingidos do Rio Grande do Sul. A este grupo de militantes foi atribuído o termo “militantes-atingidos”.

A organização afirma ter distribuído 246 mil refeições entre maio e outubro de 2024, um dos motivos para isso foi o número de militantes disponíveis para atuarem nas enchentes, que chegou a 132 (Holzbach, 2024). O contingente militante da organização foi apontado como uma das razões para o grande número de doações arrecadadas, pois era capaz de distribuir um número mais elevado do que ONGs, iniciativas privadas e amadoras (Entrevistada M.A, 2024)¹¹.

Ainda que estivesse localizada na cidade de Canoas, a cozinha atendia alguns bairros da região norte da capital Porto Alegre. Os bairros Sarandi e as ilhas acessaram refeições dessa cozinha, que eram entregues de motocicleta ou barco. A cozinha funcionou de 19 de maio de 2024 até o final de setembro. Posteriormente, a organização as desativou, mantendo apenas o espaço do sindicato destinado ao armazenamento de doações de roupas, alimentos e kits de limpeza, tendo em vista que a organização continuou recebendo materiais.

Apesar de coordenada pelo MAB, a organização destinou poucos militantes para a tarefa de preparação e montagem das marmitas, foram deslocados cinco militantes de Porto Alegre que cozinhavam e dispunham as marmitas. A situação é distinta com a logística de entregas, os “militantes-atingidos” levavam as refeições para a população atingida, para cada ponto de distribuição de marmitas eram organizadas listas de atingidos interessados, isso possibilitava que a organização soubesse a demanda e evitasse desperdícios.

As operações da cozinha solidária iniciaram quando a água ainda não havia baixado, duas semanas após o início das cheias, por isso os primeiros pontos de distribuição foram selecionados em áreas secas, mais elevadas, de ruas dos bairros.

¹¹ Entrevista aberta concedida aos autores, em 22 de novembro de 2024, em Canoas.

Nesses pontos, motocicletas e veículos cheios de marmitas eram estacionados, onde prontamente se formavam filas de atingidos. Em um segundo momento as marmitas passaram a ser levadas da cozinha para residências, cedidas por atingidos pelas enchentes, tornadas centros de distribuição onde os atingidos buscavam suas refeições, ainda sob o sistema de lista.

As filas de atingidos para recebimento de marmitas tendiam a ser maiores do que as listas, a falta de força de trabalho voluntária na cozinha mantinha um baixo nível de produtividade comparado à infraestrutura montada na sede sindical. Por conta disso, os “militantes-atingidos” do MAB convidavam os atingidos para reunirem esforços se voluntariando nas cozinhas. Com o aumento do grupo de voluntários nas cozinhas, as marmitas aumentaram de 350 para 1.250 diariamente, totalizando cerca de 150 mil distribuídas.

As conversas entre “militantes-atingidos” e atingidos surtiram efeito para as cozinhas, que foram majoritariamente ocupadas por “atingidos-voluntários”: “cozinhar, cortar ali o alimento, eram os próprios atingidos dos grupos de Canoas. [...] as pessoas que se voluntariaram.” (Entrevistada M.A, 2025)¹². A atividade do MAB nas enchentes foi além do alívio da emergência, as quentinhas se tornaram parte da tática de recrutamento da organização nas comunidades locais.

Além do convite para o voluntariado na cozinha, o contato entre os “militantes-atingidos” do MAB e os atingidos iniciava o trabalho de base da organização:

A partir das cozinhas o MAB começou o trabalho de base na região metropolitana. Da mesma forma que eles fizeram em 2023, nas enchentes de novembro, outubro, setembro, no Vale do Taquari. Enfim, cria-se esse movimento de fazer das cozinhas um instrumento de trabalho de base. (Entrevistada M.J, 2025¹³)

Enquanto os militantes entregavam as marmitas eles falavam com as pessoas: “olha você é um sujeito atingido, precisamos ir para a luta, precisamos se colocar na condição de atingido, vamos buscar, vamos pra luta pela moradia, reforma...”. Desse jeito tentamos convencer as pessoas da necessidade da luta para garantir a sua reforma, a partir daí a gente começa a convidar as pessoas: “quem sabe a gente marca uma reunião para explicar quais são os direitos dos atingidos”. (Entrevistada M.A, 2025)

¹² Entrevista semiestruturada realizada com dirigente do MAB em Canoas. Em 4 de abril de 2024, virtualmente.

¹³ Entrevista semiestruturada virtual com militante da comunicação do MAB-RS, inserida no bairro Sarandi, realizada em 11 de abril de 2024.

O trabalho de base foi realizado pela inclusão dos atingidos nas atividades de ajuda emergencial a sua própria coletividade. Já discutimos os atingidos que se voluntariaram na cozinha, outras funções foram desempenhadas por eles:

Aos poucos, para engajar um pouco o trabalho de base, você começa a levar as marmitas e dizer: “olha, eu vou levar um quantitativo certo para quem eu sei que vai receber aqui”. Era sempre um morador o responsável por fazer a lista. E só pegava a marmita quem estava com nome na lista. Então, você acaba envolvendo os moradores, que começaram a se organizar assim. (Entrevistada M.J, 2025)

As redes informais de comunicação da comunidade divulgavam os locais de distribuição de refeições, isto é, as ações de solidariedade do MAB eram propagandeadas pelos próprios beneficiários, pois as marmitas eram em si mesmas atrativas o suficiente para que a população espalhasse a notícia. A organização reitera essa interpretação:

Conforme aconteciam as entregas nos bairros, nos grupos, por exemplo: depois daquela entrega, digamos, que tinham vinte marmitas pra esse bairro, só que chegava na hora de entregar e tinham mais trinta pessoas na fila, além das 20 preparadas. (Entrevistada M.A. 2025)

Como citado anteriormente, alguns atingidos concederam suas casas para centralizar as marmitas, facilitando a distribuição, esses atingidos também ficavam responsáveis por coordenar a entrega das marmitas e organizar as listas. As redes de comunicação dos atingidos serviam de informação para o MAB selecionar quais seriam as localidades, pois os atingidos conheciam amigos e parentes que estavam dispostos a assumir essa tarefa:

A gente tinha o C., que foi um dos voluntários da cozinha. Ele disse que no Bairro Harmonia conhecia uma amiga que podia receber as marmitas, então a gente centralizava lá. Depois o D. disse: “na Rio Branco, tem uma conhecida que pode receber a marmita”. (Entrevistada M.A, 2025)

Desde agosto de 2024 o MAB organiza os atingidos em grupos de base. As lideranças dos grupos é composta por “atingidos-voluntários” que se disponibilizaram a assumir uma das funções descritas acima, sobretudo a de composição das listas e distribuição de marmitas, que muitas vezes se confundiam:

[Essas pessoas] São as nossas referências ali dentro dos bairros, que organizam o grupo, organizam pra luta, quando a gente recebe alguma

doação, é nesses lugares que a gente marca reunião, fazemos reunião, fazemos entrega, é nesse espaço. São pessoas que hoje são coordenadoras e referências para o grupo delas. (Entrevistada M.A, 2025)

Os grupos abrangem coletivos de atingidos por localidade (bairros, ruas quando há um maior número de integrantes), consolidaram-se por reuniões que são organizadas a partir das listas de distribuição de marmitas previamente citadas. Os grupos se reúnem mensalmente para discutir pautas locais referentes ao bairro e gerais dos atingidos do Rio Grande do Sul, organizam as lutas da organização, como atos, manifestações e judicializações de conflito e, por fim, são entregues cestas básicas para o combate da insegurança alimentar.

As cestas básicas funcionaram como mediadores das relações entre a organização e os atingidos, elas se disponibilizaram ao MAB por meio de editais de empresas de economia mista e da Fundação Banco do Brasil. As reuniões distribuem cestas básicas aos atingidos que participam das atividades do grupo, adicionando um incentivo à auto-organização. Outras doações também ocorrem nas reuniões, por exemplo, kits de limpeza para as casas dos atingidos.

Coordenadores de grupos¹⁴ são eleitos pelos próprios atingidos, são duas lideranças, devendo uma delas deve ser mulher. Na maioria dos grupos discutidos exemplificados pelas entrevistadas as lideranças eram mulheres, que haviam atuado como “atingidas-voluntárias”, nas cozinhas ou na distribuição de marmitas em suas residências. Algumas delas já eram conhecidas em seu bairro, pois faziam atividades inseridas na localidade como pequenos comércios, associações de moradores, voluntariado, etc.

Acima dos grupos estavam dirigentes do MAB, esses militantes são caracterizados por um maior nível formativo e contato orgânico com a organização. Eles acompanhavam os grupos de base, orientando as atividades, auxiliando a organização das pautas de reunião e reivindicação, entregavam as cestas básicas e intermediavam a ligação entre os grupos de base e o MAB. Cada dirigente acompanhava diversos grupos, na época das entrevistas uma das militantes entrevistada acompanhava oito grupos.

¹⁴ O MAB chama de coordenadores duas funções bastante diferentes, para tratar da liderança dos grupos de base e da liderança que os acompanha, na entrevista a militante caracterizou essa segunda função como “coordenação mais geral”. Para evitar confusões os autores optaram por chamar a primeira função de coordenador/a e a segunda de dirigente, entendendo o problema de atribuir à organização uma hierarquização que ela não carrega em sua lavra, isso foi feito por entenderem que há distinções entre ambas as atribuições, os dirigentes carregam maior responsabilidade decisória, mediação das relações com outras organizações de movimentos sociais, partidos, sindicatos e organizações estatais, assim como um maior nível formativo dentro da estrutura do MAB.

O acompanhamento dos dirigentes aos grupos é idealmente temporário, ocorreu por conta da necessidade de pular etapas no tripé da organização do MAB, constituído por organização, formação e luta. Esse trio é caracterizado por uma sequência temporal, no qual a luta seria o último processo da metodologia de recrutamento do MAB, contudo, os atingidos de Canoas tiveram de pular a etapa de formação para lutar por demandas de moradia, alimentação, custo de vida e políticas públicas de reconstrução logo após as enchentes.

Portanto, a formação das lideranças de grupo ocorre enquanto elas estão já instituídas como tais, o que faz com que os dirigentes tenham que voltar mais atenção aos grupos de base do que estabelecido na rotina do MAB. Esse processo “inverso” de organização faz com que a formação ocorra em um momento posterior, para que os atingidos saibam o que é o MAB, suas táticas e estratégias e o próprio entendimento do movimento sobre a categoria de atingido.

A atuação dos atingidos pelas enchentes com o MAB pode ser descrito pela trajetória de S., uma atingida do bairro Mathias Velho. Na rua de sua residência foram ofertavam viandas do MAB, que ela pôde comer. A senhora, já engajada em atividades de voluntariado nas enchentes em um Centro de Tradições Gaúchas, decidiu conversar com os “militantes-atingidos” que faziam a distribuição. Em sua conversa soube que poderia integrar a cozinha solidária, então se voluntariou junto com seu marido (J.).

Seu trabalho voluntário na cozinha estreitou a sua relação com o MAB ao longo do tempo, depois de cozinhar no SindiPetro sua casa se tornou um centro de distribuição. Por conseguinte, o casal foi recrutado para a organização, integrando um dos oito grupos de base formados desde maio de 2024 na cidade. S. virou uma coordenadora de grupo.

Os atingidos ressaltaram os laços criados com o MAB, significando positivamente o amparo às suas famílias. S, diferenciou a atuação da organização e do Estado, destacando que salvo os resgates do exército a presença estatal no bairro Mathias Velho foi pouco impactante, do outro lado, o MAB foi a única organização da sociedade civil que ela reconheceu como um ponto de apoio à sua comunidade. Essa rede de solidariedade a levou a comentar: "quem mais fez a diferença nas enchentes foi o povo, foi o povo pelo povo" (Entrevistada S., 2024).

O depoimento de S. corrobora com a interpretação das organizações que colaboraram para a iniciativa da cozinha solidária, sob a qual determinadas áreas atingidas não estavam recebendo o apoio necessário. O MAB aproveitou esse vazio

institucional do Estado para ampliar a sua inserção social, em certo sentido a sensação de abandono estatal impulsiona o pertencimento à organização pensada como uma entidade singular de apoio à população atingida.

Os atingidos pelas enchentes não foram tratados como meros beneficiários de caridade, foram instados a assumir a responsabilidade pela solidariedade e com a organização. Pode-se dizer que o MAB objetiva a formação dos atingidos nas suas ações de solidariedade. Essa formação evolui do primeiro momento o envolvimento na participação das ações de solidariedade, em um segundo como militante.

Os atingidos estão localizados na “base”, esse termo é carregado de ambiguidade. Em sentido conotativo a base remete a uma pirâmide que representaria a organização, a base seria a sustentação dessa forma geométrica, composta pelo maior número de militantes, que suporta o restante construído sobre seu esforço pois opera no cotidiano do corpo de beneficiários, nesse sentido, carrega um sentido hierárquico. Sob outro prisma, base conota a população-alvo da organização ou uma localidade na qual está concentrada essa população, por exemplo, o MAB tem uma base de atuação no bairro Sarandi, em Porto Alegre.

O contato entre MAB e atingido ocorre quando este está assumindo a condição de “atingido-base”, diz-se, como uma pessoa que constitui o grupo social que sofreu e sofre com um evento climático extremo. Enquanto está nessa condição, o MAB aparece para ele como um abastecedor de doações e marmitas, do ponto de vista inverso, ele ainda é parte de um repositório de mobilização em potência, ele faz parte da “base”.

Quando os atingidos foram recrutados para a cozinha solidária, eles assumiram uma posição intermediária, de voluntário. Nesse momento, o atingido não é um militante, trata-se de uma porta de entrada para a organização. Chama-se essa condição de “atingido-voluntário”, sob a qual o atingido se insere em diversas atividades voluntárias. As enchentes do Rio Grande do Sul estavam repletas de “atingidos-voluntários”, o tamanho do impacto do evento climático nas vidas da população fez com que muitos atingidos priorizassem atender outros atingidos por meio do voluntariado, seja de forma autônoma ou em contato com alguma organização. Portanto, não foi o MAB que criou o “atingido-voluntário”, muito menos ele é sua figura exclusiva, concerne-se a um traço geral das enchentes de maio de 2024.

A aposta do MAB na mobilização e recrutamento dos “atingidos-voluntários” que constitui sua particularidade, pois fez deles líderes dos grupos de base em seus bairros. Os dirigentes do MAB instruíram os coordenadores de grupo para que estes assumissem

tarefas de contato com as bases, em um processo formativo. O interesse por S. é motivado pela sua passagem pelas condições de “atingida-base”, “atingida-voluntária” e, finalmente, “atingida-militante”, quando ela passou a organizar reuniões em sua residência e contatar os atingidos de seu bairro. A intenção estratégica de produzir essa transformação é o elemento fundamental a ser compreendido, pois o “atingido-militante” é aquele atingido que além do compartilhamento da causa – por isso é voluntário – está vinculado com a organização, da qual passou a fazer parte.

A vinculação com a causa, com os problemas dos atingidos, era a característica principal do “atingido-voluntário”, por isso, ele poderia ter menos ou nenhum comprometimento com os objetivos do MAB. Ao contrário do “atingido-militante”, que atua sendo integrante da organização, pensando na causa e na organização enquanto toma suas decisões. Essa passagem é mediada pela criação de redes de solidariedade, que possibilitam a vinculação emocional, moral e política com a organização. Por conta disso, as ações de solidariedade são, ao mesmo tempo, formas de resistência, sobrevivência e uma tática de recrutamento e engajamento de atingidos.

A circunstância das enchentes produziu o deslocamento massivo de pessoas de suas residências, destruição de utensílios de cozinha, instabilidade psicológica e fragilidade econômica, logo as famílias atingidas deixaram de poder produzir sua própria alimentação autonomamente. A necessidade de alimentação foi um desafio cotidiano

Relações sociais são criadas de distintas maneiras, uma delas é pelo compartilhamento da rotina de alimentação, o ato comer com outras pessoas produz e reitera laços sociais, as organizações de movimentos sociais e os atingidos foram aproximados pela distribuição de alimentos, que serviu como mediadora. O desastre pode levar a uma experiência de nebulosidade entre vida privada e pública, sobretudo quando as famílias estão privadas do seu lar; pessoas se alimentam normalmente rodeadas de laços familiares, laborais e escolares, assim sendo, criou-se uma situação propícia para a extensão de laços sociais.

Generalizando, é esperado que tarefas de cuidado ocorram sob relações pessoais ou profissionais, no segundo caso sendo caracterizadas pela impessoalidade. Os laços sociais estendidos pelo desastre transformaram as interações dos indivíduos, as cozinhas solidárias turvam a dicotomia entre serviço pessoal e impessoal, servir alimentos é um trabalho de cuidado, que foi definido por associações voluntárias. Por isso, foram

instituídas outras relações de cuidado, que se ausentam do ambiente familiar ao mesmo tempo que permitia a construção de vínculos pessoais.

Portanto, as ações de solidariedade do MAB conectaram “atingidos-voluntários” e organização, justamente porque dispensou a exclusividade entre trabalho de cuidado doméstico e personalidade. O alimento funcionou como um mediador (Latour, 2012), pois abriu espaço para o recrutamento na organização, ele comunicou o acolhimento, o compartilhamento da experiência de atingido, solidariedade de classe e a esperança de um futuro coletivo.

A necessidade do socialismo, os argumentos solidamente concatenados, a retórica política ou a melhor estratégia não contaram na decisão de S. a ingressar em uma organização de inspiração marxista. Foram vínculos sociais, a solidariedade experimentalmente demonstrada, as relações de amizade e companheirismo que floresceram em um momento propício que pesaram para sua decisão. Quando rememorou sua trajetória nas enchentes não citou as reuniões, palestras ou aulas, a dimensão propriamente pedagógica é menos importante do que os fatores citados acima. O principal elemento foi o entendimento de que o MAB amparou a sua vida e de sua família em um momento de emergência, o convencimento é uma relação, mais do que uma análise.

A metodologia de ação solidária permitiu construir conexões profundas com as bases, por conseguinte o MAB atualmente está consolidado no Vale do Taquari, nas cidades de Estrela e Arroio do Meio – onde a organização afirma organizar mil famílias –, na Região Metropolitana de Porto Alegre, em Canoas e em Porto Alegre, sobretudo na Vila Brasília no bairro Sarandi, mas também em outras regiões como Alto Uruguai e Fronteira Noroeste. É esse enraizamento que possibilita a mobilização dos atingidos.

Notas thompsonianas sobre a consciência de classe, o caso do MAB no Rio Grande do Sul

A consciência de classe é um tema igualmente clássico e controverso na história do marxismo, para uns ela é espontânea, para outros é introduzida externamente; é entendida ora como uma derivada da posição de classe, ora como um produto das organizações populares. Trocadilhos a parte, a classe em si se torna a própria polêmica com a qual se deve debater.

A corrente historiográfica inglesa entende a classe como um processo, polemizando contra o estruturalismo francês criticam a concepção segundo a qual as classes existem enquanto entidades prontas, determinadas pelo modo de produção. Segundo tal concepção, seria possível afirmar que existe uma proporção inteligível, definida e calculável de proletários, burgueses, pequeno-burgueses e outras frações de classe, bastaria observar números de trabalhadores, empresários, pequenos comerciantes, agricultores e outras coisas mais, pois estas figuras empíricas operacionalizariam os conceitos teóricos derivados de cada uma das classes (Poulantzas, 1980; Wright, 1978).

E. P. Thompson fez de sua missão combater esta vertente do marxismo, para ele a classe não se confunde com uma posição estrutural dentro das relações de produção, ainda que a estrutura das relações de produção determine as classes. A classe é um acontecimento histórico (Thompson, 1966), por isso mesmo, pode ser reconstituído pela historiografia captando suas idas e vidas, conflitos, representações, estratégias, valores, instituições, enfim, sua cultura e moral.

O historiador inglês inverteu a prioridade do conceito de classe, estabelecido pela leitura marxista posterior à terceira internacional, para isso elevou o conceito histórico de luta de classes:

Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. Dizendo claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em momentos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico. [...] As classes, nesse sentido, não são mais do que casos especiais das formações históricas que surgem das lutas de classes. (Thompson, 1984, p. 37, 39)¹⁵.

Portanto, os objetos empíricos de Thompson em suas investigações não foram as classes propriamente ditas, são as formações históricas que contrapõem um novo regime de produção e tecelões, lavradores, agricultores, toda sorte de trabalhadores artesanais ameaçados produtiva e moralmente pela introdução da maquinaria. Destes conflitos,

¹⁵ Tradução dos autores.

surgiram classes trabalhadoras, resultados das estruturas de produção e da experiência coletiva, sempre acompanhada da sua cultura e moral:

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (Thompson, 1981, p. 112)

A experiência é a mediadora que realiza na prática social o processo de formação social da classe, é por ela que as pressões estruturais e os conflitos passam para se sintetizarem na classe. Hobsbawm aprofunda essa visão quando afirma: “classe no sentido completo só vem à existência no momento histórico quando os seres de classe adquirem consciência de si como tais”¹⁶ (1971, p. 6).

A organização tem um papel fundamental tanto para a luta de classes quanto a consciência, sem uma organização dificilmente uma classe poderia atuar coletivamente, ademais, ela é como um veículo da consciência de classe. Essa concepção chegaria a um extremo em Lênin, em Gramsci ela aparece mais comedida, para ele o partido seria um instrumento pedagógico. No entanto, esse processo não ocorre sem contradições, a organização e o tipo de consciência dos seu apoiadores, da própria classe, são distintos; o que pode levar a aberrações metonímicas onde a classe parece ser o partido, o movimento ou a organização (Hobsbawm, 1971).

Ainda assim, a organização é inseparável do processo histórico de formação da classe, não a toa Thompson (1966) dedica dezenas de capítulos às formas organizativas adotadas pelos trabalhadores da Inglaterra no século XVIII, desde as sociedades de ajuda mútua, as ligas conspirativas dos ludistas e as dissensões religiosas. As ideologias, práticas e culturas das organizações influenciam decisivamente no percurso das lutas de classes, para usar o chavão precedente, elas constituem parte da experiência de luta.

Partindo para o âmbito individual, Mauro Iasi (2012) estudou militantes do Partido dos Trabalhadores na década de 1990, com base na ideia de senso comum de Gramsci (1976), entendido como uma colcha de retalhos composta por elementos desconexos. A consciência individual, segundo essa visão, não é coerente, forma-se ocasionalmente. Gramsci buscava elaborar criticamente aquilo que somos por meio de um inventário que tornasse o pensamento coerente e unitário. Iasi, com um olhar mais realista e psicanalítico, demonstra como convivem, em uma mesma pessoa militante,

¹⁶ Tradução dos autores

valores oriundos da organização política, da religião, naturalizações ideológicas da realidade vivida e outros.

Um indivíduo não precisa conhecer profundamente sua realidade para agir politicamente. Há uma distância entre perceber a necessidade de agir e racionalizá-la em argumentos. Ainda assim, isso não contradiz a consciência. O engajamento político não vem, necessariamente, do conhecimento acumulado, embora este tenha papel. A identidade com uma causa envolve “cargas afetivas e valores assumidos não necessariamente por razões e formas racionais. Uma pessoa acredita e guia sua conduta por certos valores, mas tem dificuldade de defendê-los quando questionada.” (Iasi, 2012, p. 252).

Essa intuição vem de Gramsci, que abandona o racionalismo ao tratar do “homem do povo”. O filósofo sardo discute as origens da convicção militante: “Sem dúvida o elemento mais importante não é de caráter racional, mas de fé. Mas fé em quem e no que? Especialmente no grupo social ao qual pertence.” (Gramsci, 1999 *apud* Iasi, 2012, p. 253).

Por conta disso, Iasi chega à conclusão de que o recrutamento militante dificilmente poderia ocorrer pela argumentação, a identificação seria o elemento fundamental da passagem do indivíduo a um grupo político qualquer:

Acreditamos que o companheiro descrito por Gramsci acreditou primeiro nesta pessoa e depois em seus argumentos. Ele não foi convencido racionalmente pela magia argumentativa de uma pessoa próxima, mas aceitou seus argumentos porque era uma pessoa “próxima” com a qual estabeleceu uma relação de identidade. (Iasi, 2012, p. 255)

A classe de Thompson não é desprovida de determinações estruturais, *crashes* econômicos, introduções tecnológicas na produção são consideradas, assim como as “superestruturais” como guerras, decisões judiciais e a repressão estatal. Esses processos irradiam crises, fundamentais para a produção de transformações na consciência dos indivíduos e coletividades, facilitam a percepção da ausência de correspondência entre a materialidade das relações com as ideias incorporadas (Iasi, 2012).

Subitamente, aquilo que era reconhecido como normal passa a ser uma injustiça, o indivíduo percebe a exploração que aguentava diariamente, um atingido reconhece que seu bairro não acessa políticas públicas de reconstrução por ser majoritariamente negro, outro que a única ajuda que recebera foi do movimento social. Esses processos

permitem que um indivíduo saia da sua vida cotidiana para atuar junto de um grupo, este também essencial para o processo, pois sem ele não haveria um “espelho” que servisse para a identificação comum.

O MAB atuou no Rio Grande do Sul como um agente de proteção e defesa civil, com isso, se inseriu em diversas regiões do estado. As enchentes configuram um conflito ecológico distributivo (Alier, 2018) no qual os atingidos – categoria social mais ampla do que a de classe – lutam entre si para acessar recursos estatais, nas fases de emergência e reconstrução.

Entre os atingidos há uma pluralidade de experiências de classe, grandes empreendimentos, bairros de elite, habitações subnormais e zonas periféricas, ou seja, mobilizar os atingidos, recrutá-los e colocá-los em luta não necessariamente corresponde a um salto organizativo de classes subalternas. O MAB se esforçou conscientemente para atuar em localidades atingidas compostas de população periférica ou trabalhadora, os bairros em que se inseriu concentram populações trabalhadoras, por vezes oriundos de ocupações urbanas.

Isso não significa que todo atingido organizado pelo movimento tenha essa origem, quando os pesquisadores visitaram a casa de um casal atingido viram uma residência vizinha, um sobrado de três andares com garagem para três carros que foi submerso até o segundo andar. Os atingidos são um grupo “pluriclassista”, se se considera apenas a dimensão material da situação de classe.

Embora o grupo social seja caracterizado de forma ampla, a prática do MAB revela o recrutamento de pessoas em vulnerabilidade econômica. Ao mediar interações com os atingidos por meio da entrega de marmitas ou cestas básicas, a organização direciona sua atuação para setores de menor renda, em insegurança alimentar. As pautas discutidas nas reuniões com os atingidos reforçam esse foco: acesso a alimentos, auxílios emergenciais, isenção de tarifas de energia e água, reconstrução de serviços públicos e resistência aos despejos promovidos pelo Estado¹⁷.

Ademais, a organização reivindica o legado marxista para si, compreendendo a sociedade socialista como um objetivo social amplo, além é claro das pautas imediatas dos atingidos. Responsabiliza governos, “patrões e grandes empresários rurais pela destruição, poluição, desmatamento e incêndio das florestas e fazendas agrícolas” e

¹⁷ Documentos enviados privadamente aos pesquisadores por militantes do MAB, intitulados “Pauta dos atingidos pelas enchentes do Rio Grande do Sul” (julho de 2024) e “Pauta dos atingidos do RS” (março de 2025).

opõe a situação das classes dominantes e subalternas: “quando se trata das ajudas, é essa classe rica que está recebendo a maior parte do dinheiro público dos Municípios, Estado e União.”¹⁸.

Quando o MAB recruta a população procura inseri-los nas atividades, estimulando sua autonomia, espírito inventivo e vinculação com o movimento. Há uma intenção particular em fazer com que as cozinhas solidárias fossem dos próprios atingidos-voluntários, para que estes experienciassem a produção coletiva da ajuda de si mesmos.

Apesar do tripé da organização privilegiar a formação, vê-se na prática que as redes de ajuda emergencial produziram uma identificação intensa entre os atingidos e o MAB. Essa experiência de distribuição de alimentos abriu a possibilidade para que os atingidos se tornassem “atingidos-voluntários”, e posteriormente, “atingidos-militantes”.

Desde que foram organizados em grupos de base, os atingidos organizaram pautas, aprenderam a se organizar autonomamente, pensar suas necessidades e, sobretudo, raciocinar como uma coletividade com necessidades compartilhadas. Apesar de “tutelados” pelos dirigentes, os grupos de base estão sendo “formados” para eventualmente funcionarem como entidades de base autônomas, passíveis de organizar seus interesses em demandas e se mobilizar para atendê-las.

Essas ferramentas estão sendo produzidas na prática, nas reuniões mensais e também em eventos, como o I Encontro Estadual dos Coordenadores e Coordenadoras dos Grupos de Atingidos por Barragens do Rio Grande do Sul, em março de 2025: “Foram dois dias, que a gente passou pelo processo de formação de todos os coordenadores de grupo do Estado. Para ver o que é um ato, o que é uma manifestação, por que a gente tem que estar lá.” (Entrevistada M.A, 04 abr. 2025).

O histórico de lutas da organização está sendo disponibilizado para os atingidos do Rio Grande do Sul, criando ligações reais entre os atingidos enquanto grupo social amplo no território nacional – e internacional – e as manifestações locais. A mediação é realizada pelos militantes mais experientes, que compartilham o conhecimento prático de luta, mas só podem fazê-lo porque as cozinhas solidárias produziram antes a identificação.

¹⁸ Documentos enviado privadamente aos pesquisadores por militantes do MAB, intitulado “Carta dos atingidos pelas enchentes do Rio Grande do Sul para a população brasileira, aos parceiros e às autoridades” (sem data).

Essas mediações entre a organização e a condição de atingido de um desastre socioambiental podem produzir modificações na consciência dos indivíduos e do grupo social dos atingidos do Rio Grande do Sul. O MAB é um agente que pode transformar a tragédia – entendida como um infortúnio – em uma injustiça, dotada de nexos causais sociais enredando atores estatais e de classe, portanto, mobilizando a população.

Nesse sentido, o papel dos movimentos sociais em desastres pode ser produtivo para a consciência de classe. Um desastre é uma crise instalada em um sistema, desagrega funções básicas da sociedade, desabastece as famílias, desaloja a população, em suma, cria desordem que propicia a atores da luta de classes um posicionamento estratégico efetivo.

Não se pode, porém, dizer que por conta do MAB, do MST, do MTST e outras organizações populares temos agora uma nova classe social em formação. A classe depende de sucessivos embates para se formar, precisa acumular a tal da experiência, formar instituições próprias, enfim, precisa agir enquanto classe, enquanto por ora os atingidos pelas enchentes agem apenas como atingidos. Em tempos de revés organizativo e subjetivo da classe trabalhadora, não é um desastre que irá formá-la, trata-se de discutir potencialidades futuras, opções abertas pela crise socioambiental vigente para futuras coletividades.

O resultado desse processo está sujeito à luta, assim como movimentos sociais outros atores ampararam os atingidos, com suas próprias pedagogias e mediações da crise. Igrejas reacionárias, empresas especializadas em ajuda emergencial, ONGs, associações empresariais, associações comunitárias, instituições filantrópicas, entre outros, toda modalidade de associativismo estava de alguma forma envolvida nas cheias. Tornar atingidos voluntários não foi uma característica particular do MAB, o corolário disso é que em vez de militantes os atingidos podem ser empreendedores, fiéis, clientes, continuarem voluntários e toda sorte de possibilidades imprevisíveis. Na seção final do desenvolvimento se discute como movimentos sociais podem se aproveitar da institucionalidade estatal para favorecer suas posições nas lutas vindouras em torno de desastres socioambientais.

A institucionalidade de proteção e defesa civil: NUPDECs e movimentos sociais

Desde a Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), de 2007, o Estado brasileiro buscou redefinir o papel do Estado brasileiro diante dos desastres, deslocando a atuação

pública da lógica reativa para uma abordagem voltada à prevenção e à participação social, essa orientação culmina na Lei nº 12.608/2012 (BRASIL, 2012), que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Seu artigo 8º estabelece competências fundamentais aos entes federados, municípios foram responsabilizados pelo engajamento comunitário nas políticas locais de defesa civil (art. 8º, inciso XV).

O artigo 11º da lei define que organizações privadas com “atuação significativa” na área de proteção e defesa civil constituem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), ademais, organizações comunitárias de caráter voluntário ou outras com “atuação significativa” nas ações de proteção e defesa civil podem participar do sistema, como embasado pelo parágrafo único do artigo 11 (BRASIL, 2012). Posteriormente, no artigo 18º, são tipificados os agentes de proteção e defesa civil, entre eles estão os voluntários, sejam eles vinculados a entidades privadas ou prestadores de serviços voluntários, que atuariam em caráter suplementar aos agentes públicos e políticos.

Antes disso, a Política Nacional de Defesa Civil direcionava o sistema nacional de defesa civil para uma ampla participação social, os órgãos principais seriam as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUPDECs), um de seus objetivos era produzir mudanças culturais na abordagem de desastres e emergências. O documento afirma taxativamente: “o Núcleo Comunitário de Defesa Civil – é o elo mais importante do SINDEC [Sistema Nacional de Defesa Civil]” (BRASIL, 2007, p. 25), expressa também um desejo a longo prazo da política: “todos fazem parte do SINDEC” e “todos devem se perguntar: o que podemos fazer para prevenir desastres?” (Brasil, 2007, p. 25).

Na última década, os NUPDECs foram excluídos formalmente dos documentos oficiais de nível federal, saíram progressivamente da regulamentação da proteção e defesa civil no país, o decreto Nº 5.376 de 17 de fevereiro de 2005 (Brasil, 2005) que instituía os NUPDECs no sistema nacional de defesa civil foi revogado pelo decreto Nº 7.257 de 4 de agosto de 2010 (Brasil, 2010). Desde então nenhuma lei descreveu especificamente essa entidade de proteção e defesa civil, tornando-se ainda mais vago na redação dada pela Lei N.º 12.608/2012.

Apesar disso, algumas iniciativas municipais ainda incluem essa instituição de defesa civil em seu organograma, alguns Núcleos Comunitários podem ser consultados

no site do governo eletrônico brasileiro¹⁹, no entanto se caracterizam pela singularidade, estando longe de ser uma prática institucionalizada no país. A lei N.º 12.608/2012 não contradiz as normativas precedentes, apenas diminui o entusiasmo pela iniciativa voluntária, ainda que mantenha um alinhamento formal com as diretrizes federais e com os princípios da descentralização e corresponsabilidade federativa.

Difícilmente um observador perceberia correspondência entre as determinações da lei N.º 12.608, de 10 de abril de 2012 e a prática social nas respostas às enchentes. A legislação referente ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil não descreve precisamente as interações entre agentes estatais e voluntários em emergências.

Por mais que tenham havido interações contínuas entre voluntários e agentes públicos e políticos, elas não se realizaram mediante estímulo dos municípios, estes tendem a ter dificuldades em coordenar ações em situações de desastres. Diversas cidades possuem estruturas reduzidas quando não inexistentes de Defesa Civil, agentes voluntários tendem a assumir responsabilidades de forma *ad hoc*, improvisando iniciativas que lhes convêm para responder às demandas que são captadas pelas redes informais de comunicação.

Soma-se a isso a insuficiência de mecanismos eficazes de comunicação com a população – por exemplo, a afirmação do prefeito de Porto Alegre que o dique do Sarandi não iria romper, algumas horas antes disso ocorrer –, o que demonstra a complexidade do processo de vulnerabilização, que tem em um dos seus pilares o afastamento delas dos processos decisórios e de participação popular. A integração desses sistemas com os territórios periféricos e grupos em maior risco — como idosos, imigrantes, pessoas em situação de rua ou com deficiência — é limitada. A inexistência de planos de evacuação ou a desorganização prévia de Associações de Moradores, grupos populares e movimentos sociais é um sinal da negligência estrutural.

¹⁹ Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. Governo Eletrônico Brasileiro. 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/boas-praticas/nucleos-comunitarios-de-protecao-e-defesa-civil-nupdec2019s>. Acesso em 30 mar. 2023. A lista é certamente desatualizada, porém é indicativa falta de investimento em iniciativas desse tipo no país quando apenas nove casos são citados.

Agentes voluntários e Estado cooperaram constantemente durante a emergência²⁰, a emergência produzida pelas enchentes produz uma série de oportunidades para conectar agentes voluntários, políticos e públicos. Estes o fazem sem consideração pela legislação, com efeito, são criadas estruturas de resposta ao desastre a partir dos contextos locais, relações informais e objetivos comuns.

Além disso, agentes voluntários de proteção e defesa civil tendem a agir autonomamente, ignorando protocolos de comunicação, divisão de tarefas e organização logística que situem os espaços de atuação da sociedade civil e do Estado. Nesse sentido, a lei não é realizada em uma instituição com regras, normas, valores que sejam socialmente compartilhados por aqueles que se aventuram nas águas das enchentes.

Para responder às enchentes, foram formados arranjos coletivos a partir das visões de mundo locais, que não foram designadas pelo desejo de um legislador. O conceito de bricolagem institucional ajuda a compreender como atores sociais rejeitam, adaptam e integram instituições novas a um conjunto de instituições precedentes, a ideia pensa a criatividade das populações que reutilizam instituições para performar novas funções. (Cleaver e de Koning, 2015; Faggin e Behagel, 2018). Portanto, as modalidades de conexões entre atores são realizadas de acordo com interesses, oportunidades, recursos imediatamente disponíveis.

A ideia de “atuação significativa”, presente na referida lei é vaga, deixa em aberto os critérios para o reconhecimento de uma organização como integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, deixando a cargo dos agentes locais as respostas. Por isso, a sociedade civil operou atividades de busca e resgate, logística de doações e atendimento da população sem nunca ter executado tais funções. A legislação pretende restringir os agentes voluntários e privados em desconexão com a realidade de um desastre.

Os movimentos sociais, sintetizados na figura do MAB nesse artigo, possuem “atuação significativa” em emergências e desastres, a expertise construída pelas organizações na construção ágil e eficiente de cozinhas solidárias, arregimentando voluntários e com baixo custo as coloca em posição privilegiada para comprovar sua

²⁰ Para citar alguns exemplos coletados em campo: a prefeitura de Muçum confirmou parceria com a sociedade civil para reconstruir escolas; grupos da Praia do Lami se organizam em torno do orçamento participativo ao mesmo tempo que se organizaram paralelamente com um deputado estadual para se encontrar com o Secretário da Reconstrução Maneco Hansen; o MAB se apoiou em doações de alimentos do MST e do MPA e adquire o conhecimento de operação de uma cozinha do MTST, organizações ligadas a políticas estatais que as apoiam, quais sejam, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Cozinha Solidária, etc.

importância para o sistema nacional de proteção e defesa civil. O caso da transformação das cozinhas solidárias em programa federal em 2023 é um exemplo de reconhecimento estatal dessa “atuação significativa”, com isso, a organização consegue institucionalizar sua ajuda emergencial e aproveitar os espaços institucionais criados pela crise socioambiental para aprofundar sua inserção social.

Os NUPDECs são iniciativas de coordenação local da população voluntária, voltados ao atendimento da comunidade local, possuem a potencialidade de engajar a comunidade nas atividades de proteção e defesa civil que, por exemplo, os movimentos sociais já realizam em emergências.

Movimentos sociais podem demandar a construção de núcleos comunitários como uma forma de institucionalizar o engajamento comunitário, sob a pretensão de se posicionarem como referências nas suas bases de atuação. Esses espaços podem criar conflitos com o Estado, que seria o responsável por “estimular” a participação popular, levando a possibilidades de imposição de práticas estatais sobre as dos movimentos sociais. De outro ponto de vista, possibilitaria um canal de comunicação entre a população atingida e o Estado, ativando a demanda de participação social que o MAB defende.

Vislumbrar esse cenário também se impõe para pensar além das necessidades e demandas dos movimentos sociais, desastres e emergências afetam profundamente populações vulnerabilizadas, que cada vez mais estão expostas a riscos socioambientais. Por mais que o Estado seja o grande responsável pela ajuda humanitária, não é capaz de responder a todas as demandas da fase emergencial.

A temporalidade da resposta estatal ao desastre é distinta da sociedade civil e dos movimentos sociais, estes que em grande parte dos casos conseguem responder imediatamente às demandas dos atingidos, por sua vez, o Estado é mais lento por sua dependência de trâmites burocráticos e disputas políticas; todavia, ele que singularmente tende a assumir a reconstrução, tendo em vista que a sociedade civil tende a se desengajar da pauta algumas semanas depois da irrupção da emergência.

Ainda que seja parte da sociedade civil, o movimento social vai além da ajuda emergencial, sua estratégia de enraizamento nos locais de atuação com os atingidos o leva a alongar sua estadia em campo, por isso se localiza no meio do caminho entre ações emergenciais e de longo prazo, pois combate a insegurança alimentar da população e, depois, favorece a organização de demandas políticas dos atingidos.

O conceito de bricolagem institucional conjuga estrutura e agência social, de forma que se pode pensar como os movimentos sociais podem aproveitar sua experiência adquirida na resposta a desastres para transformar as instituições públicas de proteção e defesa civil, por exemplo, os NUPDECs em espaços de atuação militante, organização popular e desenvolvimento da consciência. É claro, as interações entre a visão de mundo local e as instituições burocráticas enfrentam relações de poder, o ponto interessante é compreender como os movimentos sociais pela sua prática se tornaram parte de integrante – ainda que não reconhecida – da resposta social a desastres, dificultando a própria remoção de sua participação pelo Estado.

Além disso, é possível pensar no tensionamento entre a atuação dos movimentos sociais e a PNPDEC, quando esta localiza os agentes voluntários de proteção e defesa civil na comunidade local. Os movimentos sociais de abrangência nacional construíram brigadas nacionais, mobilizando militantes de diversas regiões do país para atender à emergência. Os movimentos vieram de fora, inseriram-se nas populações atingidas por conta da emergência, com isso, operam na imprecisão da lei que pretendia estimular meramente os agentes locais.

Por mais que o Estado seja incapaz de atender uma emergência do tamanho das enchentes do Rio Grande do Sul, com milhões de atingidos em uma área de 16,387km², esse seu vazio produz oportunidades para agentes da sociedade civil colherem frutos de seu trabalho voluntário. Entre estes estão os movimentos sociais, que atuam no vácuo do Estado e estendem sua base social para áreas periféricas subvalorizadas pela resposta estatal, esse caminho pode eventualmente levar a novas conformações organizativas da classe trabalhadora e, por que não? Uma nova consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo discutiu as ações do MAB nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2023 e 2024, quando se tornou uma referência nas ações de proteção e defesa civil incorporadas em sua cozinha solidária, em Canoas. A organização se inseriu estrategicamente em novas localidades por meio da distribuição de marmitas, que possibilitaram a vinculação com os atingidos.

Essa vinculação foi possibilitada pela crise iniciada pelas chuvas, que compõem o novo regime climático derivado do metabolismo social capitalista. Essa crise abriu portas para que o MAB, e outras organizações, se aproximassem dos atingidos, os

amparando em um momento difícil. A identificação produzida operou como combustível para o ingresso dos atingidos na organização.

Entre os atingidos há uma pluralidade de experiências, o MAB procurou apoiar e recrutar aqueles que fazem parte das camadas vulneráveis da população, moradores de áreas periféricas e trabalhadores. Com isso, mobiliza parte da população atingida e trabalhadora para requerer seus interesses enquanto grupo, tomando parte no conflito ecológico distributivo do esforço de reconstrução do Rio Grande do Sul.

A ação do MAB proporcionou a formação de dezenas de grupos na região metropolitana e outras regiões do estado, que atualmente promovem atividades regulares de organização, formação e luta pelos direitos dos atingidos. A repercussão desse saldo organizativo pode ser o desenvolvimento da consciência dos atingidos na consciência de classe, a depender dos movimentos posteriores da conjuntura.

Ao olhar a situação de outro enfoque, é possível que a vinculação dos atingidos com o MAB leve apenas à constituição do pertencimento de grupo, que se limite à “classe em si” em vez de avançar à “classe para si”. O intuito marxista do MAB ainda está constringido por uma conjuntura regressiva, na qual as experiências da classe tendem ao isolamento; se é verdade que a classe é um resultado histórico, um evento isolado de outros pode nunca convergir à constituição de uma coletividade.

A própria limitação do movimento social implica isso, por mais que esteja guiado por uma ideologia marxista o MAB estrutura suas ações para a reivindicação de demandas concretas, cuja expressão prática é o relacionamento com o Estado. Ele pode mirar em uma sociedade pós-capitalista, mas se limita pela sua constituição no formato da demanda, nesse sentido, ele pode confluir para a diluição da classe como uma identificação primária. Apesar disso, seria um erro contrapor a luta por direitos e a de classes em figuras dicotômicas, maneira pela qual dificilmente seria possível compreender o MAB (Ribeiro e Moraes, 2018).

O mesmo vale para os desastres socioambientais, dividiam espaço com os movimentos sociais organizações reacionárias, cujas identificações também conduzem à pedagogias próprias. As organizações possuem esse papel de veículo da consciência que se exerce pela presença, o campo da ajuda humanitária pode ser interpretada como uma arena de disputas ideológicas.

Os NUPDECs aparecem como uma possibilidade de conduzir a luta em favor das iniciativas populares, institucionalizando as ações de solidariedade como parte fundamental do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Eles são uma alternativa

concreta à centralização do poder de resposta, podendo se constituir como formas de articulação popular territorializada. A atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em áreas como o bairro Sarandi e na região oeste de Canoas evidencia o potencial das redes de solidariedade autônoma na reconstrução social pós-desastre.

O vácuo deixado pelo Estado e o reconhecimento institucional das tramas dos atingidos é preenchido pelas redes comunitárias e populares, que possuem o potencial de democratizar as iniciativas de proteção e defesa civil contra as imposições técnicas da gestão de risco, por exemplo, a sanção técnica de áreas de risco que servem como dispositivos de despejo das populações periféricas.

Os NUPDECs, articulados a movimentos sociais e baseados na organização comunitária, podem atuar como instrumentos contra-hegemônicos, capazes de disputar a narrativa da vulnerabilidade e da resiliência com base na solidariedade de classe e na construção de uma política de defesa civil popular. Transformar o risco em campo de disputa é, portanto, uma oportunidade de identificação de classe diante do colapso climático que já se materializa nas bordas urbanas do Brasil.

Por fim, é necessário pensar na importância da organização para a mediação entre os atingidos e a consciência, as estruturas nacionais e profissionalizadas de organizações como o MAB, MST e MTST lhes permitem impor ao Estado sua importância enquanto agentes de proteção e defesa civil. Seu reconhecimento não é uma questão meramente ideológica, a prática social fala por si, ainda que organizações menores possuam potencialidades própria, a escala na qual estas citadas puderam atuar tem um efeito particular sobre a realidade.

Além disso, essas conexões entre os atingidos gaúchos e os de outras localidades do país favorecem a inteligibilidade da classe enquanto um todo, que retira do excepcionalismo dos “atingidos por enchentes”, “atingidos por barragens” ou qualquer outra coisa. A capacidade de fornecer a “experiência” de um lugar a outro é, também, valiosa para o desenvolvimento da classe, pois materializa nas relações conexões concretas entre locais separados por distâncias que enfraquecem as capacidades de identificação. Fazer parte de um coletivo é, como nos ensina o MAB, sentir-se parte.

REFERÊNCIAS

ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL. Decreto Nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. Brasília: DOU de 18/02/2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5376.htm#:~:text=DECRETO Nº 5.376 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005.&text=Dispõe sobre o Sistema Nacional,vista o disposto no art. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Brasília: DOU de 11/04/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/186>. Acesso em 30 mar. 2025.

_____. Decreto Nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Brasília: DOU de 06/08/2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7257.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

CLEAVER, F; de KONING, J. Furthering critical institutionalism. *International Journal of the Commons*. v. 9, n. 1. 2015, p. 1-18.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundos por vir?** Ensaios sobre os medos e os fins. Ed. 1. Desterro (Florianópolis): Instituto Socioambiental, 2014, 176.

FAGGIN, J. M.; BEHAGEL, J. H. Institutional bricolage of Sustainable Forest Management implementation in rural settlements in Caatinga biome, Brazil. *International Journal of the Commons*. v. 12, n. 2. 2018, p. 275-299.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Ed. 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976. 341p.

HOBBSAWM, Eric. Class consciousness in history. In: MÉSZAROS, István (org.). **Aspects of history and class consciousness**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1971. 213p.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. Ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 584p.

IHU - Instituto Humanitas Unisinos. Estamos pagando caro por ocupar o lugar da água, avalia professor da UFRGS. **IHU – Unisinos**. São Leopoldo, 2024. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639497-estamos-pagando-carro-por-ocupar-o-lugar-da-agua-avalia-professor-da-ufrgs>. Acesso em: 21 fev. 2025.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Ed. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012, 399p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2017. 894p.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; MORAIS, Hugo Belarmino. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens – Brasil. **Rev. Direito Práx.** Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 1046-1070, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32202>. Acesso em: 07 abr. 2025.

STENGERS. Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **The making of the English working class**. 1 ed. Nova Iorque: Vintage Books, 1966. 849p.

THOMPSON, Edward Palmer. **Whigs and hunters**: the origin of the black act. Ed. 2. Londres: Pinguin Books, 1977. 328p.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Ed 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 231p.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 2 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. 319p.

VALÊNCIO, N. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009.

VEIGA, José Eli. **O antropoceno e a ciência do sistema Terra**. Ed 1. São Paulo: Editora 34, 2019.

WRIGHT, Erik Olyn. **Class, crisis and State**. Ed. 1. Londres: Verso Editions, 1979.